

D  
E  
M  
O  
C  
R  
A  
C  
I  
A  
E  
M  
A  
N  
C  
I  
P  
A  
Ç  
Ã  
O  
D  
I  
G  
N  
I  
D  
A  
D  
E  
E  
D  
U  
C  
A  
Ç  
Ã  
O  
I  
G  
U  
A  
L  
D  
A  
D  
E  
S  
O  
L  
I  
D  
A  
R  
I  
E  
D  
A  
D  
E  
R  
E  
S  
P  
E  
I  
T  
O  
S  
A  
U  
D  
E  
H  
A  
B  
I  
T  
A  
Ç  
Ã  
O  
D  
I  
F  
E  
R  
E  
N  
Ç  
A  
P  
A  
R  
T  
I  
C  
I  
P  
A  
Ç  
Ã  
O  
A  
M  
B  
I  
E  
N  
T  
E  
L  
I  
B  
E  
R  
D  
A  
D  
E  
D  
I  
R  
E  
I  
T  
O  
S  
T  
R  
A  
B  
A  
L  
H  
O

Editorial	2
Artigo de personalidade convidada	5
Vozes Plurais em torno dos Direitos Humanos I	8
Vozes Plurais em torno dos Direitos Humanos II	10
Divulgação	20
I) Associativismo	20
II) Projetos	22
III) Eventos e relatórios internacionais	22

**Contactos:**

Observatório das Comunidades Ciganas  
Alto Comissariado para as Migrações, I.P.  
Rua Angelina Vidal, n.º 41, Piso 1  
1199-005 Lisboa  
Tel. (+351) 210443082/83  
Fax (351) 218106117  
E-mail: [obcig@acm.gov.pt](mailto:obcig@acm.gov.pt)  
Site: [www.obcig.acm.gov.pt](http://www.obcig.acm.gov.pt)



## “O SABOR DA CEREJA”

Ao começar a escrever o Editorial desta Newsletter dedicada aos Direitos Humanos, veio à memória o filme do cineasta iraniano Abbas Kiarostami, "O Sabor da Cereja", que valeu ao autor a Palma de Ouro de Cannes em 1997. Um filme aparentemente simples (de morrer, literalmente, devagar), mas que se constitui numa complexa reflexão sobre a condição humana, obrigando o espectador mais atento a interrogar certezas, preconceitos, estereótipos sobre a vida e a morte e o lugar da morte na vida. Foi esta complexidade de um filme aparentemente simples que veio à memória ao começar a escrever um texto que procura refletir sobre o lugar dos Direitos Humanos numa época de "naturalização das desigualdades" (Casa-Nova, 2013)<sup>1</sup>, onde os Direitos Humanos apresentam o sabor, gosto (ou desgosto) que aqueles representem para cada ser humano, grupo sociocultural ou cultura nacional.

Quando as desigualdades se naturalizam, invisibilizando-se, que sentido é atribuído aos Direitos Humanos e à sua efetiva concretização? Quando se olha e não se vê as desigualdades e as hierarquias socioculturais, como se combate essas desigualdades? Quando tudo parece dizer "não há nada a fazer porque o mundo é mesmo assim", como se interroga e se desconstrói esta fatalidade (transformada em inação humana) para que as sociedades se humanizem?

<sup>1</sup> Casa-Nova, M. J. (2013) Direitos Humanos: da sua possibilidade teórica à sua (im)possibilidade prática numa era de naturalização das desigualdades, in *Revista Portuguesa de Educação*, 26(2), pp. 139-157.

Se é verdade que a Declaração Universal dos Direitos Humanos emergiu num tempo e num lugar historicamente situados, importa, hoje, desligar a Declaração de qualquer pertença cultural e pensar que os Direitos Humanos são fundamentais para o respeito pelo ser humano e a humanização das sociedades, pese embora os diferentes significados que possam ser atribuídos aos conceitos de 'respeito' e de 'humanização' em função das diferentes sociedades e culturas. O que interessa verdadeiramente não é a origem nacional ou cultural da Declaração, nem os objetivos que estiveram subjacentes à sua criação, mas antes o reconhecimento, pela e para a humanidade, da validade dos seus argumentos e da pertinência dos Direitos que possa preconizar. Trata-se, ainda, de atribuir a esses direitos significado contextual e processual, articulando-os com a compreensão de espaços e de lugares, situados na esfera pública ou na esfera privada, do domínio da intimidade, entendendo o respeito pelo outro como o comportamento que permita a esse outro sentir-se respeitado, bem como o aprofundamento da vivência com dignidade, entendida esta também como o conhecimento e a compreensão do que significa para o outro sentir-se digno. Para esse efeito, importa desinstitucionalizar a norma normativa e hierarquizadora, impositiva de determinados padrões comportamentais e censuradora da diferença, que torna periférica uma parte significativa da humanidade pela subordinação cultural e social que lhe subjaz; importa perspetivar cada e todo o ser humano como humano que é e não como infra-humano; importa construir a solidariedade em simetria e não como bondade; importa "construir os *Direitos Humanos como Direito à humanidade a cumprir-se a si mesma*" (Casa-Nova, 2013), construindo-os como uma constelação de Direitos provenientes do que de melhor cada universo cultural for portador, seja ele hindu, ocidental, oriental, islâmico, etc.. Como refere Booth (1999)<sup>2</sup>, "a invenção da humanidade e a definição do que é humano não pode ser permitido estar nas mãos de preconceitos particularistas" (p. 62). Neste sentido, importa que o diálogo se construa na presença e com a palavra dos despossuídos dos diferentes tipos de poder socialmente valorizados, que integram o grupo heterogéneo dos estruturalmente subordinados, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista social. Neste sentido, ganham particular relevância as palavras de Guiomar Sousa, jovem cigana, quando refere que é necessário "um Direito que não permita a impunidade daqueles que violam todos os dias os 30 artigos que fazem parte da Declaração Universal" ou a reflexão de Teresa Vieira, jovem cigana socióloga, sobre a importância de "fazer jus ao conceito SER HUMANO, e olhar para o outro com o mesmo olhar com que olháramos para nós mesmos," sem esquecer que "temos que lutar para que o que se encontra lá escrito (na Declaração), passe do papel para o terreno. E quem deve

<sup>2</sup> Booth, K. (1999) Three tyrannies. In T. Dunne & N. Wheeler (Eds.), *Human Rights in global politics* (pp. 31-70). Cambridge: Cambridge University Press.

lutar somos todos nós, tal como lutaram Ghandi, Martin Luther, Nelson Mandela...” (Francisco Azul, jovem cigano, assistente social).

É à luz das reflexões anteriores que os testemunhos das pessoas ciganas e não ciganas, de Associações ou organizações não governamentais e organizações municipais que fazem parte desta Newsletter, ganham ainda maior sentido, nomeadamente no que diz respeito ao não cumprimento sistemático de muitos dos direitos consagrados na Declaração, o direito a que os direitos sejam efetivamente cumpridos ou a emergência de novos direitos.

Esta é, também, a nossa luta quotidiana e o dever de quem faz política pública.

Maria José Casa-Nova

Coordenadora do OBCIG

Cláudia Pereira

Secretária de Estado para a  
Integração e as Migrações



## “Direitos humanos: entre fogos cruzados”

O campo teórico dos direitos humanos é um palco controverso, quer pelo desencontro de entendimentos sobre o seu, com a proclamação, inclusive, do seu carácter absoluto.

Ora, os direitos foram, ao longo da sua história, objeto de compreensões várias, baseadas em fundamentos substancialmente diferentes. Assim, eles foram considerados dádivas da divindade, enquanto os homens se constituíam como criaturas criadas à imagem e semelhança de Deus; como imperativos morais ou direitos naturais, por se nascer humano, capaz de agência, isto é, de ação e de reflexão; como artefactos legais da lei positiva ou como produto das convenções sociais que regulam a vida em sociedade; como práticas sociais que visam realizar uma perspetiva particular da dignidade humana; como estratégias de poder ou imposições arbitrárias visando, muitas vezes, a submissão; enfim, como reflexos da modernidade e dos avanços tecnológicos, da comunicação e da informação, que, apesar de tudo, também contribuíram para a universalidade dos direitos.

Decorre desta multiplicidade de olhares a ideia de alcance e significado, quer pela multiplicidade de perspetivas ou escolas de pensamento que intentam analisá-lo. Daí que seja fácil oscilar entre a sua rejeição ou a redução dos seus limites e a sua exaltação entusiástica e incondicionada que os direitos humanos podem, em certa medida, agradar simultaneamente a todos e a ninguém. Tudo dependerá então, da perspetiva que se defenda. Assim, se a opção for pelos valores da *ágora política* (entendida esta como espaço de democracia, de convivência, de emancipação), tentar-se-á transformar os direitos humanos numa espécie de “língua franca” da dignidade humana ou mesmo numa “religião laica mundial”, que redimirá, se cumpridos, a própria humanidade; se, ao

invés, se preferir encará-los pelo lado dos valores do mercado, eles aparecerão travestidos numa outra roupagem, porventura mais *fashion*, mas colocados ao serviço da acentuação de clivagens em termos de justiça, ou posicionados numa certa indiferença perante orientações mais classistas, mais egocêntricas, mais paternalistas, mais sexistas, mais xenófobas, entre muitas outras.

Nestes dois extremos (aqui apresentados de uma forma simplificada, por razões de exposição, entre os valores da *ágora* e os valores do mercado), os direitos ficam sujeitos a uma espécie de fogo cruzado, que vai da idolatria ao desamor, da militância à distanciação, do compromisso à banalização, transformando-se, deste modo, o palco dos direitos num terreno disputado, ao serviço de interesses desencontrados mas, curiosamente, em que todos parecem ter razão.

E num tempo como o atual, inquieto e contraditório, os direitos não podem deixar de ser contaminados por esta insustentável leveza de uma razão inconstante e vendável, que a todos dá razão, seja, por exemplo, para justificar o reencaminhamento dos migrantes e dos refugiados para casa de onde nunca deveriam ter saído; seja para restabelecer a sustentabilidade da segurança social, suspendendo os subsídios a todos os que parecem não querer trabalhar; seja para dignificar as forças de segurança reforçando os seus poderes e autoridade contra os manifestantes que ameaçam a ordem pública; seja para recentrar a ideia de soberania e de identidade nacionais que definem quais são os seus verdadeiros cidadãos; seja, enfim, para manter o motor da economia sempre acelerado à custa do menosprezo por outros valores mais nobres, pela exploração dos recursos naturais e pela contaminação do meio ambiente...

O que não deixa de surpreender também nestes tempos de desassossego e entre fogos em que vivemos, é uma certa agressividade retórica em torno dos direitos humanos, o que leva alguns autores mais radicais a considerá-los, por exemplo, como excentricidades (sobretudo ocidentais), semelhantes a contos de fadas, em que o acreditar neles equivale a acreditar em bruxas, atestando, deste modo, a imbecilidade de todos os que neles confiam.

A este propósito, não deixa de ser extremamente sugestiva e altamente provocadora a pergunta de J. Lacroix e J-Y. Pranchère com que intitulam o seu livro (2019, Paris: Seuil): "*Os direitos do homem tornam-no idiota?*" E na nota introdutória da mesma obra voltam a interrogar-se se os direitos humanos, no mundo atual, não conduzirão à "cretinização" das pessoas? Perante a dureza destes questionamentos, quase (ou mesmo) ofensivos, parece, na verdade, que vivemos num mundo às avessas em que os valores relacionados com a dignidade humana se transformaram em inutilidades ou, pior, em indignidades!

Neste sobressalto em que os direitos humanos vivem há uma outra faceta que interessa realçar pela sua popularidade. Todos sabemos que, hoje, não fica bem omitir nas conversas ou nos escritos o sentimento, a afetividade, a inteligência emocional... Ora, e como já escrevi a propósito dos direitos, mesmo neste nosso mundo por vezes tão desumano o mercado também parece que se comove perante a pobreza, o infortúnio, a desgraça,

mostrando-se por vezes caritativo e condescendente. E então qual seria o papel dos direitos neste cenário? Também aqui eles podem ser muito úteis sobretudo se se apresentarem, não como “coisas da razão”, mas como “coisas do coração”, do sentimento, da solidariedade, da compaixão, da necessidade de não sermos cruéis ou indiferentes com quem sofre, com quem tem menos, com quem não tem uma pátria, um território, uma morada, com quem não tem o nosso Deus.

A consequência desta abertura dos direitos humanos à sentimentalidade (mesmo sem razão) torna-os, desde logo, úteis do ponto de vista da sua justificação, podendo ter o efeito acrescido de apaziguar a nossa consciência e de atenuar, ou faz desaparecer, a nossa responsabilidade pela condição dos outros.

Para concluir esta breve reflexão: o campo dos direitos humanos enquanto campo essencialmente disputado, atravessado por desencontros, contestações e desafios, apela para a relevância da dimensão política assim como para a historicidade dos direitos, o que exige, desde logo, encará-los para além do monolitismo e da descontextualização, da sua redução a interesses meramente individualistas ou estratégicos, afastados da deliberação coletiva. Exige, em vez disso, que os direitos humanos sejam encarados, numa linha emancipatória, como uma construção social, como “um conjunto distintivo de práticas sociais ligadas a noções particulares de dignidade humana” (Donnelly, 2003), ou, por outras palavras, como práticas políticas, sociais e culturais de luta pela dignidade humana, práticas essas que podem sintetizar-se, servindo-me de Kurasawa (2014), na solidariedade contra a homogeneização, na ajuda ou apoio sem dominação, no dar voz ou no testemunhar contra a indiferença e o silêncio, no perdão sem perder a memória e a exigência de justiça.

Não obstante os fogos cruzados a que os direitos humanos estão sujeitos e que os vulnerabilizam por apropriações indevidas (nomeadamente do mercado), estou convicto de que este último modo de os conceber (e praticar) coloca-os no lugar certo para se constituírem num referencial mínimo imprescindível para uma vida humanamente digna e decente.

Carlos V. Estêvão,  
Professor Catedrático Convidado da UCP  
caestevao@braga.ucp.pt



## ***A Declaração Universal dos Direitos Humanos: a importância da emergência de novos Direitos***

Há pouco mais de 70 anos vivia-se tempos duros para a humanidade. Terminava a 2ª Guerra Mundial, uma das guerras mais cruéis e desumanas que a História conheceu. A sensação geral dos que a viveram e resistiram era de incredulidade: como chegámos até aqui? Como permitimos que tanta gente fosse assassinada por razões étnicas, ideológicas, religiosas?

Resultado dessa perplexidade, uma comissão composta por 18 homens e mulheres de diferentes contextos políticos, culturais e religiosos, elaborava uma Declaração Universal dos Direitos Humanos. Encabeçada por Eleanor Roosevelt, esta carta apresentava aquilo que seriam direitos fundamentais para toda e qualquer pessoa. Direitos fundamentais para que nunca mais o mundo assistisse aos horrores vividos. Para que fosse restituída humanidade à humanidade.

Em Dezembro de 2018, quando olhamos para a carta redigida então, não podemos deixar de sentir alguma amargura. Se, por um lado, houve avanços e hoje a generalidade das pessoas e dos Estados reconhecem, como inquestionáveis, a grande maioria dos direitos inscritos na Carta, a verdade é que estes, em muitas circunstâncias, não têm passado de uma convenção e de um horizonte por cumprir.

Quando pensamos nas grandes vagas de refugiados que atravessam oceanos à procura de um lugar seguro que lhes é negado; quando refletimos na destruição ambiental provocada pelos excessos capitalistas; quando olhamos para as situações de guerra, de fome, de miséria que persistem um pouco por todo o globo; quando percebemos que os mesmos grupos minoritários continuam a viver nas margens e em situações de vulnerabilidade e desigualdade extrema; quando observamos a ascensão de valores e políticas de extrema direita, de governos que põe em causa os direitos conquistados, questionamos: o que fizeram à Carta Universal dos Direitos Humanos?

Em Portugal, como em muitos países da Europa, continuamos a assistir a baixos salários, à precariedade e ao desemprego juvenil; a situações extremas de pobreza e a seres humanos que vive sem teto; a desigualdades e violências de género de vários níveis e em vários setores; a grupos que, sistematicamente, são arredados da sociedade, a quem lhes é negada a efetiva igualdade de oportunidades. Nós que temos 18, 19, 20 e poucos anos, que somos ciganos e não ciganos, que vivemos em diferentes pontos do país, queremos afirmar o nosso lugar e dizer: há direitos que estão por cumprir e há direitos que estão por inventar.

Nós que somos filhos desta transição de milénio – e que, por isso, nos apelidam de Millennials, Geração Perdida, Geração X, Y, Z, – que já nascemos na era das televisões inteligentes, dos telemóveis e aplicações, da internet e das redes sociais, temos consciência de que o mundo não está preparado para os problemas e desafios que

surgem com as novas tecnologias. Com a possibilidade de qualquer pessoa produzir conteúdos, sem regras claras, sem controlo; com a utilização e venda dos nossos dados pessoais para empresas multinacionais; com o esbatimento das fronteiras entre o trabalho e o lazer; com a progressiva destruição da privacidade e da intimidade; com as *fake news* e outras formas de manipulação e propaganda da opinião pública; com o *cyberbullying* que afeta diariamente milhares de crianças e jovens; com o “discurso de ódio”, sem freio, que circula nos fóruns e redes sociais; com os ataques homofóbicos, racistas, sexistas, muitas vezes organizados. Se a internet pode ser construída como um pilar da comunicação e da democracia, essa construção está vulnerabilizada pelo que referimos anteriormente.

Nesse sentido, elaboramos aquilo a que chamámos “Um Direito Humano fundamental para o século XXI”: o Direito (a ser) Humano na era digital. Para que a carta não seja apenas uma memória do passado, mas também uma exigência do presente e uma projeção do futuro.

### **Um direito Humano Fundamental para o século XXI: Direito (a ser) Humano na era digital**

#### **Direito:**

- a) à privacidade, não estando sujeito ao controlo e invasão por qualquer pessoa singular e coletiva;
- b) à escolha na exposição da imagem pessoal, com particular atenção a menores de idade;
- c) à salvaguarda e segurança contra qualquer tipo de violência ou intimidação online;
- d) à proteção contra qualquer forma de discriminação ou incitamento à discriminação;
- e) ao acesso à informação pública e verídica;
- f) à escolha de se desconectar da internet fora do horário de trabalho, sem sofrer pressões diretas ou indiretas;
- g) à educação crítica e literacia sobre os constrangimentos, perigos e potencialidades da internet;
- h) a não existir na internet.

Cátia Montes,  
Artur Azevedo,  
Cheila Patrícia,  
Francisco Pereira,  
Vânia Lourenço,  
Rui Filipe,  
Ana Rita Martins,  
Emanuel Pratas,  
Inês Meireles

(estudantes universitários ciganos e não ciganos)

## *Vozes miscigenadas, reflexões cruzadas*

1. Da Declaração Universal de Direitos Humanos, que Direitos estão por cumprir?
2. Que outro(s) Direito(s) Humano(s) acharia imprescindível construir?

*(Resposta às duas perguntas ou a uma das mesmas em função das opções de cada um/a)*



10

### *Guiomar Sousa, Técnica do IEFP de Coimbra*

Questão 1 - "A Declaração, Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Uma resolução, devido ao genocídio resultante da 2ª Guerra Mundial, uma declaração constituída por 30 artigos, para proteger os povos e nações, para que a história não voltasse a repetir-se."

Questão 2 – "Um Direito que seja aplicado, não só escrito ou falado, um Direito que não permita a impunidade daqueles que violam todos os dias os 30 artigos que fazem parte da Declaração Universal. Um Direito que verdadeiramente proteja as crianças da fome, da guerra, da morte. Um Direito que não deixe mais ficar impune, quem fecha as portas de um país. Um Direito que dê vida, a quem foge de uma guerra. Um Direito que faça prevalecer todos os outros Direitos, pela proteção, vida, dignidade humana. Um Direito que assegure o respeito à nossa cultura, a cultura do outro, às culturas de todos."



## ***Mirna Montenegro, Educadora de Infância, ICE-Instituto das Comunidades Educativas***

11

Questão 1 - "Em Portugal: Direito à Habitação (sem ser em guetos ou em condições miseráveis e indignas), ao sustento com dignidade (Trabalho), à Dignidade (não ser humilhado e/ou inferiorizado e/ou ostracizado e/ou excluído por ser cigano/cigana = racismo), à participação política e cívica...

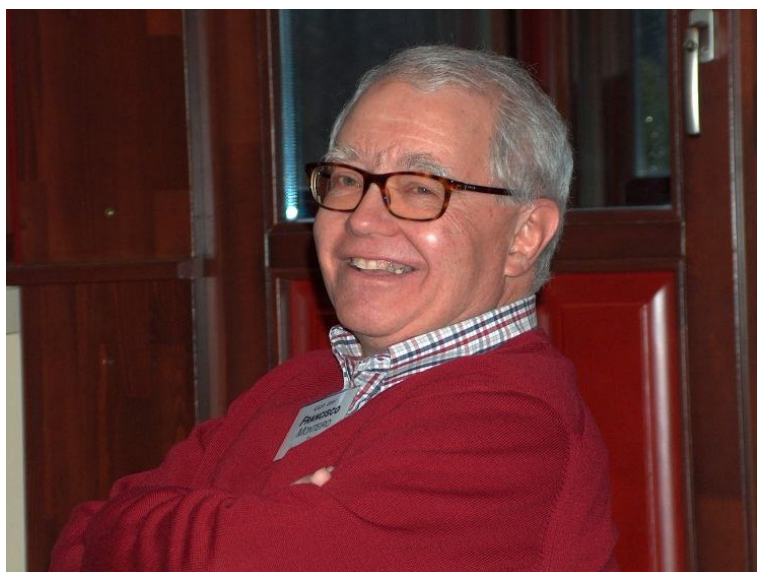
No Mundo em geral: Paz, tranquilidade para viver onde quer que seja em condições dignas..."



## ***Francisco Azul, Assistente Social, Alto Comissariado para as Migrações, I.P.***

Questão 1 - "Julgo que estão todos por cumprir, uma vez que DUDH, apesar de ser o documento mais aceite no Mundo, infelizmente, sabemos que as pessoas das mais variadíssimas maneiras, não acedem na totalidade a este documento (nem mesmo no países ditos mais desenvolvidos), portanto, e daquilo que percebo no quotidiano do Português comum, julgo que o direito nº 25 I, em Portugal devia ser cumprido com maior regularidade. Mas para que este seja cumprido, temos que lutar para que o que se encontra lá escrito, passe do papel para o terreno. E quem deve lutar, somos todos nós, tal como lutaram Ghandi, Martin Luther, Nelson Mandela etc... Quando estes senhores lutaram, a DUDH já tinha sido ratificada. Portanto, se não formos nós a lutar pelos DH, os mesmos não passa de um papel!"

Questão 2 - "Julgo que deveríamos criar um direito humano relacionado com a proteção do planeta. Digo isto, porque, daquilo que sabemos, existe de facto, um problema com as alterações climáticas, que poderá afetar-nos a todos nós. Digo isto porque sem planeta não há direitos humanos."



## ***Francisco Monteiro, Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos***

Questão 1 - "Artºs 1.º e 12.º."

"Artigo 1.º - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade."

"Artigo 12.º - Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei."

Questão 2 - "O direito à habitação condigna. O artº 19º deveria conter uma delimitação que proíba as expressões públicas opostas à própria Declaração Universal, tais como a disseminação de ódio e de discriminação de pessoas, individualmente ou em grupo."



## ***Toya (Sónia) Prudêncio, Estudante Ensino Superior, Mediadora Intercultural EAPN Portugal (Zona Norte)***

Questão 1 - "Penso que nos dias actuais, cada vez mais se verifica o incumprimento dos direitos humanos, não só em países de terceiro mundo, mas principalmente nos países desenvolvidos, onde o retrocesso de alguns direitos adquiridos tem feito parte do dia a dia dos cidadãos. Direitos esses tais com o artigo 2 da Declaração dos direitos humanos onde diz que: "Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Sabemos que hoje em dia as pessoas ciganas, afro-descendentes, lésbica, gay, bissexual, transgénero etc... continuam a sofrer diferentes formas de discriminação. É dever de todos os que não se identificam com este tipo de discriminação, (não só aqueles que sofrem na pele todos os dias) de levantar a voz contra todas as formas de discriminação, exclusão e segregação."

Questão 2 - "Penso que devia existir um maior controle do que é feito e dito nas redes sociais, nomeadamente no que diz respeito à proliferação da violência e abuso online. As redes sociais e a Internet são vistas como "a terra de ninguém", onde os direitos humanos não são acautelados. Também a forma como a violência e os abusos nas plataformas são interpretados e identificados e, por fim, a forma como são denunciados estes abusos tem de ser mais rigorosa."



## ***Fernando Paulo, Vereador da Habitação e Coesão Social, Câmara Municipal do Porto***

Questão 1 - "Assegurar que as crianças cresçam e se desenvolvam em ambientes familiares livres de privação e exclusão; garantir aos nossos idosos condições de vida dignas; disponibilizar o acesso a serviços sociais de qualidade a todas as pessoas e famílias, em especial as mais vulneráveis."

15

Questão 2 - "Assumir como imperativo coletivo a erradicação da situação de pobreza e exclusão em que ainda vivem muitas pessoas."





## ***Diana Rodrigues, Vereadora com o Pelouro da Acção Social, Câmara Municipal da Figueira da Foz***

Questão 1 - “É dever do Estado garantir os direitos básicos e as liberdades individuais fundamentais para assegurar o exercício da cidadania e a dignidade de todas as pessoas. É assente nesta premissa que a Câmara Municipal da Figueira da Foz tem, dentro das suas competências, procurado garantir e pugnar para que todos os direitos constantes da Declaração Universal de Direitos Humanos sejam cumpridos, enquanto ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, com uma aposta clara no ensino e na educação, conscientes de que estas são as ferramentas essenciais para o desenvolvimento e respeito pelos direitos civis, políticos, sociais, culturais, económicos e ambientais. As questões associadas à etnicidade em Portugal e às comunidades ciganas, em particular, demonstram constrangimentos ao nível da discriminação cultural, que se traduzem, não raras vezes, em dificuldades no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, nas mais diversas esferas de atuação pública (educação, emprego, habitação, saúde, proteção social etc.), comprometendo condições essenciais ao desenvolvimento de processos de inclusão social e ao exercício de uma cidadania ativa e participada. É neste sentido que os direitos humanos devem constituir-se como objeto de política pública.”

Questão 2 - “(...) atualmente, nas sociedades contemporâneas, verifica-se o risco de normalização da exclusão e de discriminações múltiplas que constituem o maior desafio na luta pela cidadania e dignidade dos direitos humanos. Neste sentido, o pluralismo e a mitigação do sofrimento humano tornam-se valores fundamentais sobre os quais urge refletir quando falamos em Direitos Humanos. Mais do que citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é preciso agir para cumpri-la – sobretudo por respeito para com a nossa memória coletiva.”



## ***Teresa Vieira, socióloga, Alto Comissariado para as Migrações***

Questão 2 - “Na minha opinião, todos deveríamos ter direito ao bem estar físico, psicológico e social, ou simplificando, Saúde. E para que esta saúde exista, é necessário que os indivíduos se respeitem nas suas semelhanças e diferenças, fazendo uso da curiosidade, que tanto caracteriza o ser humano, para obter conhecimento e não para formular julgamentos. Deveríamos todos ter o direito a ser compreendidos pelo outro, clarificando que cada um de nós pode ter necessidades diferentes de acordo com o grupo social a que pertence, fazendo-se uso do conceito de equidade. Deveríamos antes de mais, fazer jus ao conceito SER HUMANO e olhar para o outro com o mesmo olhar com que olharíamos para nós mesmos.”



## ***Daniel Fernandes Gomes, doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa***

Questão 2 - "À semelhança do que se verifica noutros textos fundamentais, como a Constituição da República Portuguesa, a DUDH abre o seu catálogo com a evocação da igual dignidade de todas as pessoas. Não só é o primeiro direito previsto, como também o que serve de base aos demais, na medida em que é da Dignidade de cada pessoa que decorrem os demais Direitos Humanos. Desde logo, este é o Direito por cumprir. Em todas as partes do mundo, desde todos os tempos, há pessoas que se encontram a viver em condições objetivamente indignas e, numa perspetiva comparada, com menor dignidade do que outras. Um problema de solidariedade e de humanidade que se assiste desde tempos imemoriais nas relações entre pares, iguais em Dignidade, Razão e Direitos. Os Direitos Humanos são uma construção permanente, tal como o é, naturalmente, o Direito do qual decorrem os demais: a Dignidade inerente a toda a pessoa humana."



## ***Ana Umbelino, Vereadora do Desenvolvimento Social, Cultura, Património Cultural e Turismo, Câmara Municipal de Torres Vedras***

19

Questão 1 - “A declaração universal dos direitos humanos condensa princípios e valores civilizacionais, um património construído ao longo do tempo, portador de um lastro histórico. As reais possibilidades de vivência dos direitos humanos por todos e todas dependem de determinadas condições sociais que não se encontram, no presente, integralmente asseguradas. Como corolário, direitos económicos, sociais e culturais, tais quais os expressos nos artigos 23º, 24º e 25º, não estão plenamente adquiridos e consolidados. Reclamam um maior investimento, compromisso e co-responsabilização que conduzam a mudanças efectivas passíveis de corrigir desigualdades históricas entre cidadãos e cidadãs provindos de universos culturais e sociais distintos.”

Questão 2 - “Em coerência com a Carta Universal dos Deveres e Obrigações dos Seres Humanos (documento co-construído, em 2016, pela Fundação Saramago, Universidade Autónoma do México e World Future Society) mais do que inscrever novos direitos, apelaria a um generalizado compromisso para com um conjunto de deveres e obrigações que nos assistem enquanto, justamente, titulares de direitos. Tal contribuirá inequivocamente para edificar uma cultura pautada por uma maior exigência em relação aos poderes públicos e um maior potencial de transformação, capaz de corrigir as desigualdades que se agravam, institucionalizam e naturalizam, comprometendo a vivência plena dos direitos consagrados na Declaração Universal por todos e todas.”

## I) Associativismo

AMEC - Associação de Mediadores Ciganos de Portugal

Participação de Prudêncio Canhoto na Mesa Redonda "Sobrevivendo e Resistindo: Comunidades Ciganas, Racismo e Habitação", organizada pelo Núcleo Distrital de Beja da EAPN Portugal, em 25 de novembro de 2019, no Auditório da Escola Superior de Educação de Beja.

Para mais informações:

[https://www.facebook.com/AMEC.PT/?ref=py\\_c&eid=ARCR\\_yVU3NYWENOLAQooQJVgzI90pLscFTiLi8wcU9k\\_RYuryPkNp3llbdeI6cGKayS7BbEP5W-TxRC5](https://www.facebook.com/AMEC.PT/?ref=py_c&eid=ARCR_yVU3NYWENOLAQooQJVgzI90pLscFTiLi8wcU9k_RYuryPkNp3llbdeI6cGKayS7BbEP5W-TxRC5)

APODEC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Etnia Cigana

O documentário "Entre os Montes" foi admitido na 6.ª edição da "MICAR - Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista" que teve lugar entre os dias 3 e 6 de Outubro de 2019. O "Entre os Montes" é uma produção colaborativa da APODEC, da Associação de Apoio e Segurança Psico-Social (AASPS) e do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), que contou com o apoio do ACM, I.P.

Para mais informações: <https://www.facebook.com/Apodec-associa%C3%A7%C3%A3o-portuguesa-desenvolvimento-da-etnia-cigana-121011444682359/>; <https://www.youtube.com/watch?v=H0DY2wmxfvo>

4 outubro · sexta · 17h30

**Entre os Montes**

Filipe Reis e Filipe Ferraz

6.ª Mostra  
Internacional  
de Cinema  
Anti-Racista  
**Rivoli**



*Costume Colossal*

Participação de Susana Silveira na VIII Conferência Corações com Coroa “Violência e Discriminação: Ouvir para Agir”, que decorreu em 25 de novembro de 2019, na Fundação Calouste Gulbenkian.

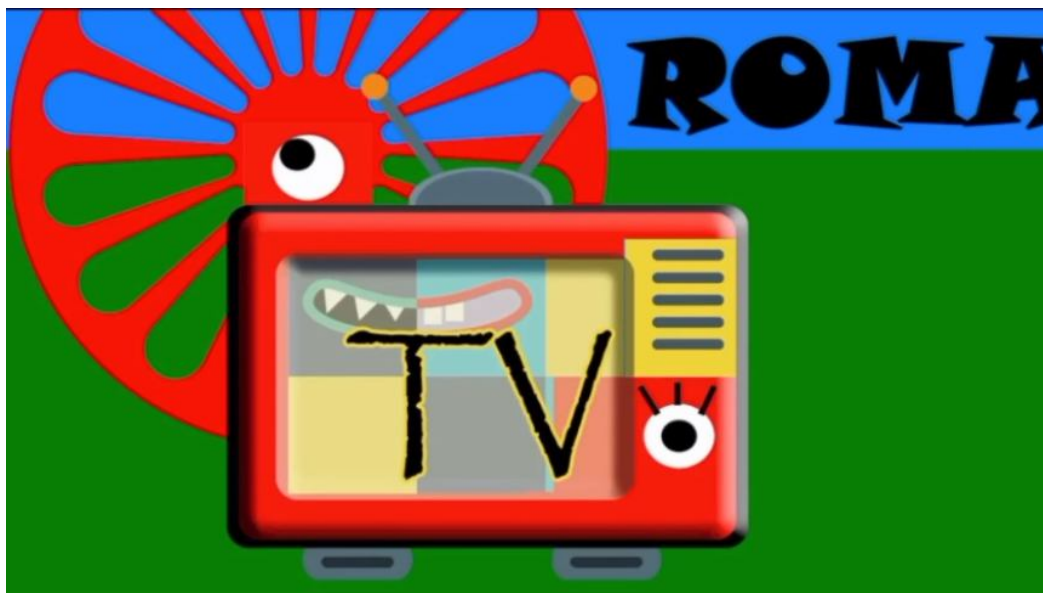
Para mais informações: <http://www.coracoescomcoroa.org/news>



*Letras Nómadas* - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas

Exibição e divulgação do 2.º Episódio da Roma TV.

Para mais informações: <https://www.facebook.com/2283882658595921/videos/503962850469776/>



Participação de Bruno Gomes na Conferência Internacional “Estrategias contra el Antigitanismo”, em 12 e 13 de dezembro, no Auditório de Tenerife Espacio de las Artes (TEA), em Santa Cruz de Tenerife.

Para mais informações:

[http://derechosgitanos.karipen.org/conferencia-internacional/?fbclid=IwAR0PfXt7QXydgMy3mECZDAJj\\_ckR0XeqsGXeUGiG-jz-8s2oYIzB6Iza84k](http://derechosgitanos.karipen.org/conferencia-internacional/?fbclid=IwAR0PfXt7QXydgMy3mECZDAJj_ckR0XeqsGXeUGiG-jz-8s2oYIzB6Iza84k)

*Ribaltambição – Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas*

Realização, com o apoio do ACM, I.P., do III Encontro “Círculos de Fala de Mulheres Ciganas”, em 7 de novembro na Figueira da Foz.

Para mais informações: [associacaoribaltambicaoigana@gmail.com](mailto:associacaoribaltambicaoigana@gmail.com)

## II) Projetos

ROMED - Governação Democrática e Participação Comunitária Através da Mediação

V Academia Política Cigana, dias 6, 7 e 8 de dezembro, Figueira da Foz.

Para mais informações:

[https://www.facebook.com/romedportugal/?\\_tn\\_\\_=kCH-](https://www.facebook.com/romedportugal/?_tn__=kCH-)

[R&eid=ARC2KzQOpASMeyseSVQ5b0i4rz9cTRUfa8KTnej2yJpx3XGOZXNwyygAVLnaajmwnTarhBa5qXgl8Xwy0t&hc\\_re f=ARQPXdaMcOMpkDOPNew4pqNyey8F0malKtI1qjMOYxXeOvnEBFb4EBreWdt\\_u7cCRjo&fref=nf](https://www.facebook.com/romedportugal/?_tn__=kCH-R&eid=ARC2KzQOpASMeyseSVQ5b0i4rz9cTRUfa8KTnej2yJpx3XGOZXNwyygAVLnaajmwnTarhBa5qXgl8Xwy0t&hc_re f=ARQPXdaMcOMpkDOPNew4pqNyey8F0malKtI1qjMOYxXeOvnEBFb4EBreWdt_u7cCRjo&fref=nf)

## III) Eventos e Relatórios Internacionais

Seminário Internacional “Olhares Plurais sobre Integração”

“Olhares Plurais sobre Integração” é o título do Seminário Internacional promovido no âmbito das atividades do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig). A Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, participou na iniciativa que incluiu a conferência de Silvia Carrasco Pons intitulada “Procesos de integración y lógicas de exclusión: reflexiones sobre el caso de los gitanos en España” e a apresentação de três publicações da “Coleção Olhares”: “Quando sair só quero trabalhar como aqui: perspetivas em torno da Reinserção Social das mulheres ciganas no pós-reclusão”, de Andreia Brito; “As políticas sociais RSI e o PER, como instrumento de integração social das famílias ciganas”, de Ana Vilaverde; e “Ciganos e Literacia digital: um estudo de caso no distrito de Évora”, de Carlos Medinas.

Caleidoscópio - Auditório | ULisboa - Universidade de Lisboa, Lisboa, 19 de dezembro de 2019

Para mais informações: [www.obcig.acm.gov.pt](http://www.obcig.acm.gov.pt); [www.acm.gov.pt](http://www.acm.gov.pt)



Ciclo de Conferências "Comunidades Ciganas: Inclusão e Sucesso Educativo"

A Direção-Geral da Educação e o ACM, I.P. promoveram o Ciclo de Conferências "Comunidades Ciganas: Inclusão e Sucesso Educativo" que colocou em debate temas associados à educação e à integração das comunidades ciganas.

Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'iago, Setúbal, 10 de dezembro de 2019

Para mais informações: [www.obcig.acm.gov.pt](http://www.obcig.acm.gov.pt); [www.acm.gov.pt](http://www.acm.gov.pt)



Conferência Nacional "RISE (Roma Inclusive School Experiences)"

Esta Conferência Nacional pretendeu dar conta dos resultados alcançados com o projeto RISE, na linha do desenvolvimento de algumas políticas educativas recentes, e da implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

Auditório Multimédia do Instituto de Educação - Universidade do Minho, Braga, 19 de novembro de 2019

Para mais informações:

[https://www.ie.uminho.pt/pt/\\_layouts/15/UMinho.PortaisUOEI.UI/Pages/EventsDetail.aspx?id=55296#](https://www.ie.uminho.pt/pt/_layouts/15/UMinho.PortaisUOEI.UI/Pages/EventsDetail.aspx?id=55296#)





*Lifelong Learning and the Roma Minority in Western and Southern Europe*

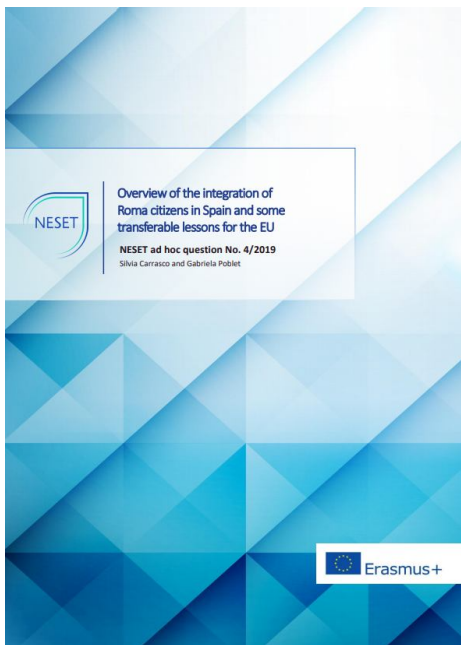
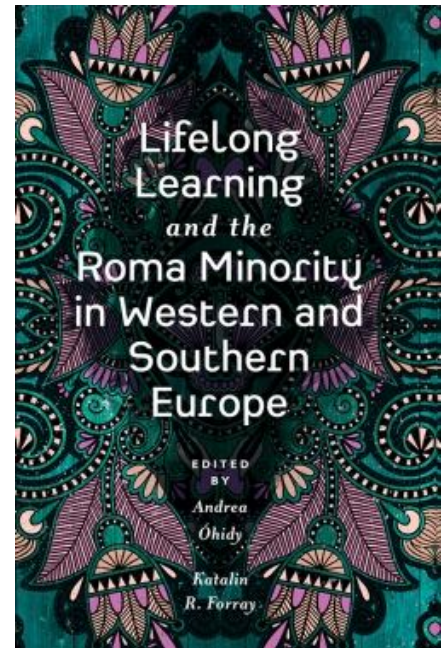
The achievement and success of Roma people in education is at a breaking point across Europe, severely limiting social mobility. Recent research has shown that Roma are the most underrepresented group in schools and other educational institutions. There are an array of policy measures and initiatives across Western and Southern Europe seeking to reverse this and to raise educational access and attainment of the Roma population.

This book offers an in-depth exploration into the current educational climate and the impact of these policy measures for Roma people in seven Western and Southern European countries: Germany, Greece, Italy, Norway, Portugal, Spain and Sweden. This book seeks to raise awareness of this forgotten minority and to assess the policies implemented to integrate the Roma people into the education system. Written by experts across Western and Southern Europe and drawing on varied cultural perspectives, this work will help to address the severe lack of information and knowledge about the Roma people available in the public domain.

This book will prove invaluable to those in the field of comparative education, educational leaders and practitioners in Western and Southern Europe and beyond.

Data de Publicação: 2019

Para mais informações: <https://books.emeraldinsight.com/page/detail/Lifelong-Learning-and-the-Roma-Minority-in-Western-and-Southern-Europe/?k=9781838672645>

*Overview of the integration of Roma citizens in Spain and some transferable lessons for the EU*

Drawing on existing studies and research literature, this report provides an overview of the social integration of Roma in Spain, and briefly reviews evidence on the progress made and some effective, related policies and approaches within the areas of employment, education, housing and health. It also includes brief sections on political representation, associationism and activism as part of the processes of social integration of Roma in Spain. For the purposes of this report, 'social integration' is understood according to the terms of Ferguson's background paper for the United Nations<sup>8</sup> (Ferguson, 2008), inspired by a human rights and social justice approach, as an inclusionary goal implying equal rights in practice, resources and participation in the interdependency between recognition, redistribution and representation (Fraser, 1990 and 1996). This approach therefore also aligns both with research and within third-sector organisations in Spain in regarding economic, political and social-relational dimensions as essential dimensions for social inclusion (FSG, 2012).

Data de Publicação: 2019

Para mais informações: [https://nesetweb.eu/wp-content/uploads/2019/10/NESET\\_AHQ4\\_2019.pdf](https://nesetweb.eu/wp-content/uploads/2019/10/NESET_AHQ4_2019.pdf)